

Uma história privada através de lentes públicas: a construção do acervo pessoal de Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)

[How to see a private case through public lenses: the construction of the personal archive of Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)]

Cecília Elisabeth Barbosa Soares¹

RESUMO • O artigo explora os desafios de construção e manutenção do acervo pessoal da financista Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) a partir de entrevistas semiestruturadas e do levantamento de fontes primárias e secundárias. Entende-se o acervo como uma composição de peças (objetos e imóveis) e de documentação – em particular seu testamento, o inventário *post mortem* e registros da execução testamentária. O caso sublinha os desafios enfrentados por instituições e pesquisadores para entender a trajetória da homenageada, assim como para desenvolver narrativas a partir desse material. Além disso, apresenta-se a relevância do trabalho multidisciplinar para que os itens tenham se convertido em um conjunto coerente, possibilitando uma pesquisa sistemática. • **PALAVRAS-CHAVE** • Eufrásia Teixeira Leite; acervo pessoal;

multidisciplinaridade. • **ABSTRACT** • The article discusses the challenges faced by institutional staff and researchers to build and maintain the personal archive of businesswoman Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930). The methodology includes semi-structured interviews and the use of primary and secondary sources. Eufrásia's archive comprehends different pieces (objects and real estate) and documentation, especially her will, the post-mortem inventory and records of testamentary execution. The case highlights the challenges to understand Eufrásia's trajectory, and to use the material as a source to storytelling. Furthermore, it stresses the relevance of a multidisciplinary approach to convert the items into a coherent set, thus enabling systematic research. • **KEYWORDS** • Eufrásia Teixeira Leite; personal collection; multidisciplinary.

Recebido em 19 de maio de 2023

Aprovado em 30 de novembro de 2023

SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa. Uma história privada através de lentes públicas: a construção do acervo pessoal de Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930). *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 87, 2024, e10672.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n87.2024.e10672

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Eufrásia Teixeira Leite (1850–1930) é uma das figuras históricas de maior destaque de sua cidade natal, Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, a 120 km do Rio de Janeiro (Figura 1). Descendente de famílias tradicionais da região, “seu sobrenome se enrosca a perder de vista em troncos veneráveis da aristocracia” (CORRÊA, 2008) cafeeira. O falecimento dos pais e da avó fez com que herdasse, junto com sua irmã mais velha, Francisca (1845–1899), uma considerável fortuna, que multiplicou ao longo dos anos. Não casou, nem teve filhos; viveu a maior parte da vida em Paris e faleceu no Rio de Janeiro.

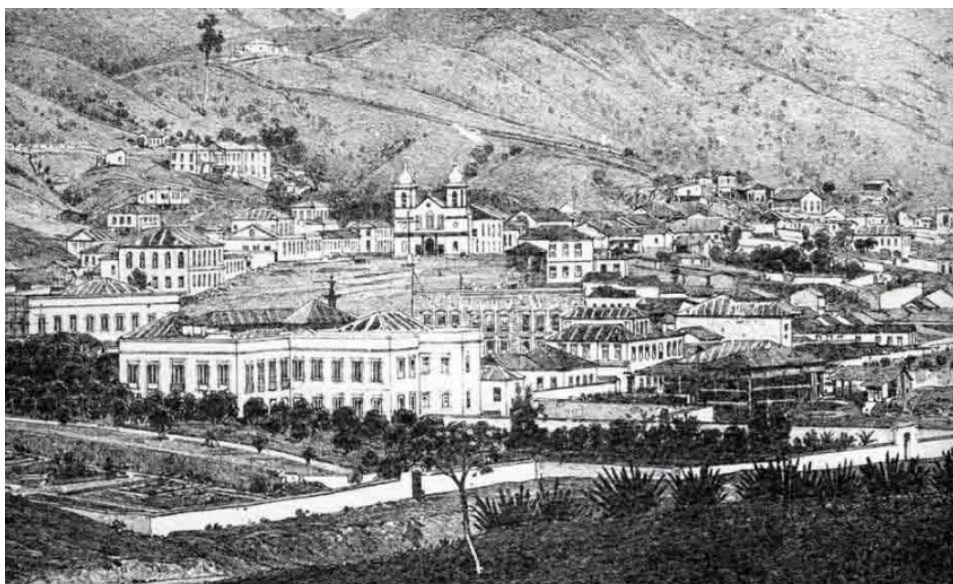


Figura 1 – Vassouras. Victor Frond, fotografia, 1859. Fonte: Miranda (2012, p. 75)

As oito décadas de vida de Eufrásia incluíram uma atuação pioneira no mercado financeiro, a gestão de patrimônio em dois continentes e uma forte construção de laços profissionais e familiares. Ao falecer, doou a maior parte da sua fortuna para a própria cidade de Vassouras, visando a melhoria local através de investimentos em saúde e educação; e a antiga residência da família, situada em uma chácara no Centro Histórico do município, hospeda, hoje, o museu Casa da Hera (QUEIROZ; ALVES; ROCHA, 2014), sob o formato de museu-casa². Quase cem anos após o seu falecimento, pode-se, portanto, considerar que a financista ainda se faz bastante presente na cidade, seja como assunto, seja como referência, ou pelo desdobramento de suas iniciativas³.

Apesar do seu renome e do seu potencial como caso biográfico, as fontes concretas para estudar a vida e a obra de Eufrásia (SOARES; 2022; FALCI; MELO, 2002; 2003; 2021; MELO, 2003; RIBEIRO, 2019), assim como da família Teixeira Leite (REIS, 2020), ainda são escassas. No que diz respeito a fontes primárias, o que já foi identificado está, hoje, distribuído em instituições variadas. As principais são: o próprio Museu Casa da Hera; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); os Arquivos de Paris e os Arquivos Nacionais franceses, e a Fundação Joaquim Nabuco. Uma consequência dessa limitada quantidade de fontes é a escolha, feita por diversos autores, de redigirem romances ficcionais. Nestes, frequentemente, o relacionamento de Eufrásia com Joaquim Nabuco, que teria durado quase 15 anos, emerge como fio condutor privilegiado de um enredo maior. Tais escolhas tendem a induzir o leitor a vislumbrar a singular vida da financista somente em referência ao seu controverso aspecto romanesco (QUEIROZ, 2013; LAGE, 2016; TAMBASCO, 2022).

Ao contrário de outros indivíduos, Eufrásia não procurou garantir que o arquivo da própria vida (ARTIÈRES, 1998) chegasse à posteridade. Há, inclusive, estimativas de que desejasse o oposto. Dessa forma, não existe um arranjo único, centralizado e de nítida definição quanto à sua composição, que possa ser designado como “o” acervo pessoal montado pela financista; surge, justamente, o desafio de entender os elementos disponíveis como um conjunto, a partir do qual se podem tecer composições variadas e interpretações diversas.

Dada a função capital de um acervo para construção de uma memória, cada interpretação nele aplicada pode ressaltar leituras diferentes. Assim, a premissa de uma intenção narrativa linear, ou ilusão biográfica (BOURDIEU, 1986), teria por analogia uma análise específica das evidências disponíveis, que permitisse constituir um relato de começo, meio e fim. Normalmente, o enredo partiria do nascimento do indivíduo e se encerraria com o seu falecimento, indicando como diversas ações e sucessos obtidos ao longo da vida já estariam “prenunciados” em fases anteriores da

2 Esse modelo de museu “deverá reflectir a vivência de determinada pessoa que, de alguma forma, se distinguiu dos seus contemporâneos, devendo este espaço preservar, o mais fielmente possível, a forma original da casa, os objectos e o ambiente em que o patrono viveu” (PONTE, 2007, p. 5). A fim de separar a casa da instituição, designarei “a Casa da Hera”, no feminino, para me referir ao espaço até que se torne museu, e “o Casa da Hera”, no masculino, depois de realizada a transição para o formato atual.

3 Marcos Sá Corrêa (2008) menciona que, no século XIX, Vassouras adota por lema “aqui nada descansa”; de certa forma, a presença de Eufrásia parece acompanhar a proposta da época.

existência. Essa proposta considera um teor cumulativo de eventos, em que o final é melhor explicado por conta do começo, e cada indício a mais reforça uma noção de causa e consequência. Contudo, diversas abordagens passaram a enfatizar o papel ativo dos envolvidos (biografado, biógrafo, e outros) na construção das narrativas e na (re)elaboração da memória – reconhecendo, inclusive, que as interpretações podem ser eivadas de incoerências e descontinuidades (HEINICH, 2010).

Considerando o papel ativo dos agentes na construção e interpretação do material, uma das principais tarefas para compreender um arquivo pessoal consiste, justamente, na elaboração de uma “memória retrospectiva”, ou seja, a recapitulação dos diversos passos que levaram o acervo a obter seu formato atual, “devendo abranger desde a sua formação até as intervenções, mudanças e infinitas vicissitudes sociais, políticas etc. que o podem ter levado ou não a uma instituição de guarda” (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 110).

O presente artigo propõe uma memória retrospectiva para o acervo ligado a Eufrásia, enfatizando a metodologia que permitiu sua composição e o papel de diversos agentes na organização e entendimento do conjunto físico. Além disso, entende-se tal material como intimamente ligado aos desafios enfrentados pelas instituições responsáveis pelas peças e documentos no que se refere à manutenção do patrimônio fora do eixo de grandes capitais.

A fim de aprofundar a temática, analisei presencialmente a documentação disponível em todos os locais citados, com exceção da Fundação Joaquim Nabuco, e realizei entrevistas semiestruturadas com quatro funcionários⁴ das seguintes instituições: Museu Casa da Hera, Iphan e Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras⁵), cujas atividades foram encerradas em 2014. Todos foram diretamente envolvidos com pelo menos uma das seguintes atividades: acompanhamento de um ou mais inventários do museu, recepção e acondicionamento da documentação, atendimento a pesquisadores e desenvolvimento de narrativas de memória a partir do caso de Eufrásia e sua família. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e os trechos de citação serão trazidos com identificação numérica (“Pessoa entrevistada 1”, “Pessoa entrevistada 2” etc.), para garantir o anonimato⁶.

As conversas foram centrais para mapear e dimensionar as questões enfrentadas por cada agente; além disso, os entrevistados sublinharam a relevância do material para delinear novas narrativas sobre o patrimônio e suas interpretações. Dessa forma, reconstituir a trajetória “do-que-se-tornou-acervo” traz à tona a própria discussão de patrimônio e memória no Vale do Paraíba a partir de um dos seus exemplos mais ilustres.

4 Nem todos os entrevistados estão, hoje, na ativa.

5 A universidade teve seu nome alterado em 2018. Ver: Universidade de Vassouras (2018)

6 Outras informações foram obtidas em comunicação pessoal, para além das entrevistas. A origem da informação será indicada no rodapé quando necessário.

ARQUIVOS PESSOAIS E UMA MEMÓRIA EM (RE)CONSTRUÇÃO

Arquivos podem ser trabalhados como “ideia, instituição, acúmulo de objetos físicos ou virtuais, profissão, processo, serviço”⁷ (HAMILTON; VERNE; GRAEME, 2002 apud EHRENREICH-RISNER, 2020, p. 22). Essa “cornucópia de significados” (HAMILTON; VERNE; GRAEME, 2002 apud EHRENREICH-RISNER, 2020, p. 22) expõe desafios múltiplos para quem lida com a dimensão figurativa dos arquivos, cuja plasticidade reflete os próprios temas de que são feitos. Um dos principais, a memória, é tão versátil quanto suas representações. Apesar dessa conexão reconhecida entre arquivos e potencial de reconstituição (de lembranças, de contextos, de argumentos, entre outros), a exploração dos arquivos pessoais é relativamente recente quando comparada à trajetória da arquivologia.

Esse tipo de material nem sempre foi considerado “parte [...] das organizações arquivísticas. Os estudiosos da teoria arquivística tinham os arquivos públicos como centro das atenções” (MARIZ; CORDEIRO, 2021, p. 198). Contudo, ao final da década de 1990, emergiu uma centelha importante do interesse em relação ao recorte, ilustrada pela realização do primeiro Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais no Brasil. Tal movimento usufruiu, ainda, da consolidação, a partir da década de 1980, do interesse pela micro-história e pelas histórias de vida (GINZBURG; PONI, 1981). Desde então, assiste-se a uma produção crescente de pesquisas e reflexões não só sobre o assunto, mas a partir da miríade de casos estudados.

Um arquivo pessoal é “onde a personalidade e os eventos da vida interagem” (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, s/p), permitindo uma imersão na perspectiva de um indivíduo em sua pluralidade. Os

[...] documentos que compõem um arquivo são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem, e refletem o seu contexto de produção. No caso dos arquivos pessoais, os documentos compreendidos nesses conjuntos são múltiplos, pois são a forma registrada da vida do indivíduo em sociedade. (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, s/p).

De fato, os itens produzidos para fins pessoais não são “documentos de batismo”, ou seja, produtos elaborados já com objetivo de registro; trata-se de bens içados a essa categoria *a posteriori*. Nesse sentido, aparecem como a instrumentalização de uma ação (THOMASSEN, 2006), mas também como ferramentas para “preservação [...] de memórias individuais, articuladas como partes de uma identidade comum” (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017). Assim, os arquivos pessoais são um meio particularmente rico para estudarmos indivíduos e (suas) sociedades à medida que o “reconhecimento posterior e a passagem dos documentos pessoais para o campo da memória coletiva se dá pelo reconhecimento da existência de um valor histórico-cultural, algo externo ao processo privado de produção e acumulação” (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017).

Considerando “o uso de arquivos na história [...] como um termômetro e

7 A tradução de trechos de textos citados não publicados em português é de minha responsabilidade.

um laboratório dos procedimentos disciplinares em sedimentação” (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 100), estudar arquivos pessoais se torna particularmente importante em uma época de transformações aceleradas. Tais materiais surgem como uma fonte propícia para interpretar casos individuais e suas peculiaridades, mudanças ou conflitos de épocas, ou, ainda, como contraste em relação a nossos próprios desafios contemporâneos.

Diante de tanto potencial, a teoria arquivística “ainda não captou a significância do que poderíamos chamar de destroços da vida individual. Talvez precisemos agregar essa área ao nosso pensamento do que realmente constitui um ‘arquivo total’” (HOBBS, 2001, p. 131). Pois, frequentemente, o arquivo pessoal passa por uma reconstituição múltipla, da qual participam diferentes agentes a fim de criar um conjunto que de fato permita uma análise mais substancial (marcada por subjetividades) do indivíduo e do seu contexto (CAMPOS, 2017). Tais fontes não atuam como um reflexo direto de uma persona, nem aceitam um único arranjo: passam por adaptações, seleções, reordenamentos e estão sujeitas a distorções, correndo, inclusive, o risco de anular o contexto almejado pelo indivíduo original (DUCROT, 1998), numa sequência de “decisões relacionadas ao armazenamento e organização [...] para que o arquivo atinja o público” (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 110).

Nesse sentido, o arquivo pessoal extrapola a categoria de coletânea de evidências do indivíduo a que se referencia; ele mesmo passa por um processo ativo de construção e composição de sentido, pois um “arquivista que lida com um acervo pessoal frequentemente se confronta com o poder da personalidade de um indivíduo. [...] Arquivistas incumbidos da seleção, do arranjo e da descrição de tais acervos pessoais atingem a posição mais próxima de uma visão total do *output* documental desse indivíduo” (HOBBS, 2001, p.132)⁸.

Se os arquivistas podem ter (entre outros) um papel de educadores por conta do teor pedagógico da memória (ROUSSAIN, 2020), outros agentes participam do processo de composição e interpretação dos conteúdos de um acervo específico; podemos entender essa atividade como interdisciplinar e dinâmica. O caso de Eufrásia traz dimensões contraditórias importantes de serem consideradas, pois contribuíram diretamente para o desafio da sua reconstituição e, por conseguinte, para o estudo de sua figura.

8 No original: “An archivist dealing with personal fonds is often confronted with the power of the individual personality. [...] The archivists doing selection, arrangement, and description of such personal archives have the closest to an all-seeing view of the individual’s documentary output”.

MEMÓRIA PÓSTUMA DE UMA FINANCISTA E DESAFIOS NA SUA RECONSTITUIÇÃO

Filha mais nova de Joaquim José Teixeira Leite, político fluminense e comissário de café⁹, Eufrásia cresceu num cenário abastado, entre o Vale do Paraíba e a cidade do Rio de Janeiro. Embora descendesse, nos dois lados da família, de clãs com forte tradição agrária e escravagista, seu núcleo familiar privilegiou uma atuação financeira e com grande ênfase em estudos, a começar pelo pai: o próprio Joaquim José formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. As duas irmãs frequentaram o colégio de meninas da suíça madame Grivet (*Correio Mercantil*, 20 de maio de 1858, p. 2), primeiro na própria região de Vassouras, em seguida na Corte. Além disso, a família passou quase dois anos na Europa (1857-1859) a fim de propiciar um tratamento para Francisca (*Correio Mercantil*, 8 agosto de 1858, p. 1), que sofria de um mal crônico. Assim, desde crianças, as meninas Teixeira Leite foram expostas a uma formação intelectual e existencial bastante moderna, sendo testemunhas oculares do mundo europeu tão enaltecido pelos periódicos brasileiros da época (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

A princípio, duas moças com uma herança substancial seriam, à época, entendidas como excelentes partidos e destinadas a uma trajetória bastante previsível: casamento, filhos e um foco no ambiente doméstico. Contudo, tudo indica que as irmãs Teixeira Leite foram preparadas para serem independentes, tanto em termos de tomadas de decisão, como em manuseio da fortuna familiar. Entre 1870 e 1873, Eufrásia e Francisca perderam a avó, a mãe e o pai, acessando a totalidade da herança¹⁰ que lhes era destinada e decidindo mudar para Paris – iniciativa tida como controversa pelos familiares.

Na Cidade-Luz, Eufrásia se especializou em investimentos financeiros, num processo do qual ainda sabemos pouco. Inegável, porém, é a sua aptidão para a tarefa, pois multiplicou sua fortuna, lidando com segmentos variados e tecendo uma rede de contatos de destaque, com menções regulares em colunas sociais de jornais. As irmãs adquirem um *hôtel particulier* na rue de Bassano, 40, no 8^e arrondissement. Com o falecimento de Francisca, em 1899, Eufrásia tornou-se a única herdeira de toda a fortuna familiar. Realizou algumas viagens ao Brasil ao longo das décadas, dividindo-se, no fim da vida, entre os dois lados do Atlântico. Em 1930, já doente, ainda planejava voltar à França, mas não estava em condições de viajar e faleceu no Rio de Janeiro, deixando um testamento em que destinava praticamente toda sua fortuna à cidade de Vassouras e a causas beneficentes. Por conta disso, o documento foi amplamente contestado por familiares da financista, desencadeando uma questão jurídica que se estendeu por décadas. Como veremos, a documentação relativa ao

9 O comissário de café atuava como intermediário no sistema cafeeiro, notoriamente emprestando somas substanciais para quem estivesse interessado em começar uma plantação de café.

10 Contrariando práticas comuns da época, Eufrásia e Francisca herdaram uma fortuna majoritariamente líquida, seja em dinheiro ou ações. Isso lhes deu uma liberdade de ação bastante rara, em particular para duas mulheres solteiras

testamento e ao inventário *post-mortem* teria um papel central na reconstituição do acervo material deixado pela vassourense.

Embora Eufrásia ocupasse uma posição privilegiada na elite da Belle Époque, tanto pela sua família e formação, quanto pelas suas conquistas pessoais e por sua rede de interlocutores, restaram poucas evidências físicas sobre a sua pessoa e sua família nuclear. Itens corriqueiros, como diários e fotografias identificáveis, praticamente inexistem. Da própria Eufrásia, os únicos dois retratos conhecidos são um desenho em pastel e uma pintura a óleo (figuras 2 e 3).



Figura 2 – Pastel de Eufrásia Teixeira Leite, sem autor, sem data, 1,49 x 1,51 m. Possui placa em papelão na parte inferior da tela: “D^a. Eufrásia Teixeira Leite / *15-4-1850 +13-9-1930 / Filha de Dr. Joaquim José Teixeira Leite e D^a Anna Esmeria Teixeira Leite / Neta Paterna de Francisco José Teixeira e D^a Francisca do Sacramento Leite Ribeiro, Barão e Baroneza de Itambé / Neta Materna de Laureano Corrêa e Castro e D^a Eufrásia Joaquina Corrêa, Barão e Baroneza de Campo Bello”. Museu Casa da Hera. Número de tomo MCH T856



Figura 3 – Retrato de Eufrosina Teixeira Leite. Carolus Duran, óleo sobre tela, 81,5 x 63,3 cm, 1887. Museu Casa da Hera. Número de tombo MCH T 1066

O primeiro estudo biográfico mais sistemático da financista foi realizado por Ernesto Catharino (1992) e, não por acaso, batizado *Eufrásia Teixeira Leite: fragmentos de uma existência*. O título já indica um desafio enfrentado pelo autor à época: o teor escasso de fontes históricas comprováveis. A partir disso, Catharino preferiu compilar informações provenientes de uma variedade de fontes, sobretudo secundárias e entrevistas diretas, seguindo um modelo de “colcha de retalhos”.

A estrutura narrativa escolhida por esse autor pretende elaborar uma leitura linear da vida de Eufrásia, seguindo de perto a consideração de Pierre Bourdieu (1986, p. 69) sobre a ilusão biográfica: “falar de história de vida é pressupor [...] que [...] uma vida é inextricável do conjunto de eventos de uma existência individual concebida como uma história e a narrativa dessa história”. Nesse sentido, a proposta de explicação de vida aposta numa reconstituição de um percurso coerente e orientado, de uma trajetória (crono)lógica. Assim, a ausência de evidências tem por consequência direta a constituição de um enredo permeado de lacunas.

De fato, o levantamento de fontes primárias sobre Eufrásia padece de uma contradição: do muito que construiu em vida, os itens a que hoje temos acesso derivam em boa parte de suas decisões testamentárias e da própria documentação inerente ao processo de validação e execução deste. Nesse sentido, o desafio de construir um acervo pessoal eufrasístico tem um ponto de partida literalmente póstumo, onde a decisão de liquidar a quase totalidade dos seus bens materiais já tinha sido explicitada previamente.

Numa outra dimensão contraditória, embora existam atitudes de apagamento de registros e lembranças pessoais francamente atribuíveis diretamente à financista, ela mesma dedicou uma grande energia para que fosse perpetuada a memória da família, em especial a do pai. Isso pois, ao partirem para Paris, em 1873, Eufrásia e Francisca solicitam que a Casa da Hera permaneça exatamente como estava à época – tornando-se, de certa forma, um museu-casa *avant la lettre*. Tal intuito é fortalecido com o posicionamento de Eufrásia em seu testamento, em que doa o imóvel

[...] às Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, com uma cláusula que garantia a indissolubilidade e manutenção da integridade da construção e de seus objetos. Assegurada a preservação, na década de 50, este conjunto passou a constar da lista de bens tombados do IPHAN e o Patrimônio acabou por assumi-lo em 1965, transformando-o em Museu em 1968. Daquele momento em diante, por um convênio de caráter permanente entre as herdeiras e o Governo Público Federal, a guarda e o controle do Museu ficaram a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [até 2009, quando o Museu integra o Ibram]. (IBRAM, 2019, p. 10).

A premissa inicial entenderia, portanto, o Casa da Hera como um centro de convergência natural para compor um acervo individual e familiar. Isso, porém, se comprova apenas parcialmente. Primeiro, por causa da distância – as irmãs vinham com pouca frequência ao Brasil, dificultando o acompanhamento direto da manutenção da Casa. Inversamente, Eufrásia passou seus últimos anos de vida no Brasil, embora pretendesse retornar para Paris, o que não aconteceu. Então, ambas as residências – brasileira e francesa – padeceram de um cuidado indireto,

encontrando-se em mau estado à época do falecimento da financista. Nesse aspecto, os longos períodos de ausência, aqui e lá, incidiram sobre o acervo material original, que, hoje, apesar dos inventários, podemos apenas estimar. Em segundo lugar, porque, em relação a documentos, papéis e correspondências, o conjunto (até aqui) conhecido se espalhou em arquivos diversos por motivos contextuais e institucionais.

Nesse sentido, é preciso levar a sério a noção de “existência fragmentada”, entendendo que, nesse caso, o museu-casa não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida de uma teia mais complexa, cujo tamanho e desenho reais ainda desconhecemos. Por isso, proponho uma concepção de “acervo pessoal” que extrapola o acervo de indumentária e de correspondência existente, hoje, no Casa da Hera¹¹, e inclui tipos variados de documentação:

- a) o testamento, o inventário e os processos associados, guardados no Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba do Iphan¹²;
- b) documentação relativa à compra e venda do *hôtel particulier* das irmãs Teixeira Leite, situado nos números 38-40 da rue de Bassano, 8e arrondissement, em Paris¹³;
- c) documentação relativa à execução testamentária e homologação do processo em cartório parisiense¹⁴.

Até a presente data, nenhum documento em papel foi digitalizado pelas instituições responsáveis.

Dado o fato de que o acervo, em si, encontra-se desagregado, é importante ressaltar o papel da ação humana no que diz respeito a dimensionar o tamanho, o valor e a variedade do patrimônio e, ainda, garantir a sua manutenção. O empenho de algumas pessoas tem sido a verdadeira salvaguarda das riquezas sobre as quais discorremos.

CONFLITOS E CONVÊNIOS: TRAJETÓRIA DE UM ACERVO PLURAL

Da casa ao museu

Uma das questões mais concretas ao se lidar com uma “memória póstuma”, tal como tenho chamado aqui, é a ausência de explicações prévias quanto à vida da pessoa. Em

11 Não incluírei na análise o chamado “acervo interno” do museu, dotado de mobília, objetos decorativos e outros tipos de objetos domésticos, para manter o foco nos itens pessoais.

12 Itens 105.664.823.001 (1930), 105.664.834.001 (1934), 105.664.834.002 (1934), 105.664.841.001 (1930), 105.664.841.002 (1930), 105.664.841.003 (1930), 105.664.841.004 (1930), 105.664.841.006 (1934), 105.664.841.009 (1931), 105.664.842.001 (1932), 105.664.842.002 (1932), 105.664.844.001 (1949), 105.664.844.001 (1949), 105.664.845.003 (1955), 105.664.843.001 (1932) e 105.664.851.001 (1932).

13 *Sommier foncier*, caixa D34U3 1241, e *Adjudication de l'immeuble*, caixa DU 4722, Archives de Paris.

14 *Cahier de Charges à la requête de la Santa Casa de Misericórdia de Vassouras et de m. Fernandes*, item MC/ET/LIX/1404, e *Inventaire après le décès de melle. Teixeira Leite*, MC/ET/LIX/1401, Archives Nationales.

muitos sentidos, a vida de Eufrásia permaneceu privada (ALENCASTRO, 2019), e a ela temos acesso através das lentes de um processo público (a execução do testamento), assim como da conversão de bens pessoais em patrimônio – a doação da Casa da Hera e sua consolidação como museu (ALVES, 2016). Num gesto nítido de distanciamento do capítulo francês da história, o *hôtel particulier* foi posto à venda e adquirido por Jacques Wittouck em 1936¹⁵.

A compilação de documentos, hoje, disponíveis começa justamente com a morte de Eufrásia por conta da exímia atuação dos executores testamentários, os irmãos Raul Fernandes e Antonio José Fernandes Jr., que também eram primos da investidora. Eles se dividiram estrategicamente quanto às tarefas: Antonio José se dedicou às posses brasileiras de Eufrásia e Raul, às estrangeiras¹⁶. Raul, em particular, “continuou desmanchando os nós da herança através das duas décadas em que foi consultor-geral da República, constituinte em 1934, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e ministro das Relações Exteriores nos governos Dutra e Café Filho” (CORRÊA, 2008).

O teor do testamento suscitou protestos de parentes, que recorreram, procurando anulá-lo e impedir a execução da vontade de Eufrásia¹⁷. Os irmãos Fernandes, porém, realizaram um levantamento detalhadíssimo e de organização excepcional, sendo compilado em 17 volumes, o que vai muito além do simples concatenar de processos jurídicos (Figura 4). Os volumes acompanham o testamento em si, os inventários, as movimentações bancárias, gastos e recebimentos realizados durante a execução, apelações jurídicas e, além disso, reúnem uma notória quantidade de evidências. Temos desde notas fiscais e extratos bancários até recados, cartas, declarações de próprio punho de muitos dos envolvidos no processo, que tem início imediatamente após a morte de Eufrásia.

15 Adjudication au profit de m. Wittouck, 28 janvier 1936, caixa MC/ET/LIX/1404, Archives Nationales.

16 Ver itens do Iphan citados acima.

17 Cecília Bonfim, dama de companhia de Eufrásia, chega a relatar formalmente para o escrivão Moacyr Land que o testamento correu o risco de ser descartado pela parentela logo após o óbito da financista, fato que teria sido evitado unicamente por uma ação de Antonio José, que separou o documento em um envelope azul e dele se apropriou (CATHARINO, 1992, p. 211-212).

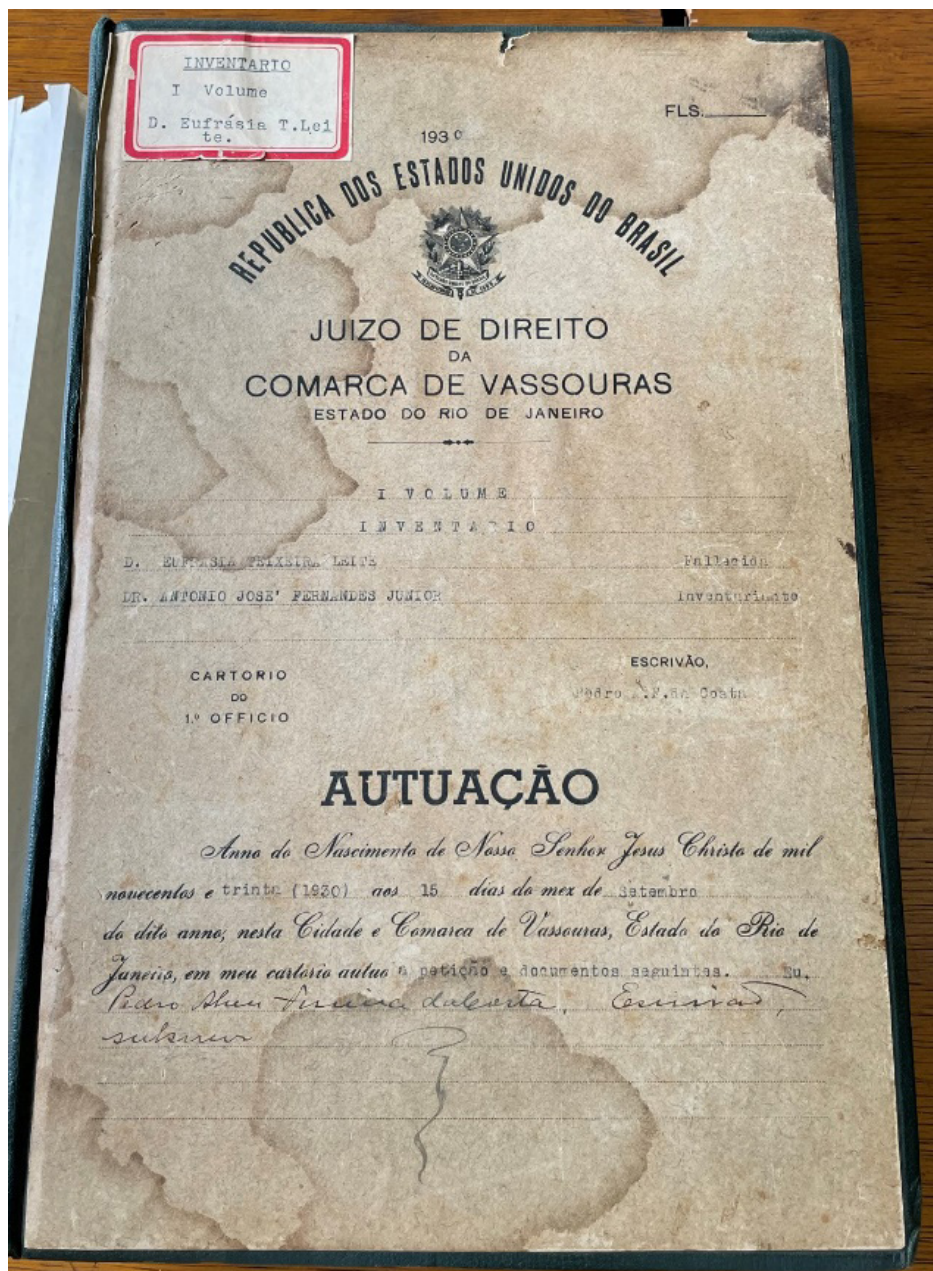


Figura 4 – Capa do inventário de Eufrásia Teixeira Leite. Iphan, item 105.664.823.001. Fotografia da autora

De certa forma, portanto, o conflito a respeito do destino dos bens é um gatilho para a criação de informação sobre o acervo original, no Brasil como na França. Os inventários *post-mortem* são o mapeamento público pioneiro das posses da finada investidora, criando um primeiro panorama do que se esperava encontrar (FALCI;

MELO, 2003). Os demais responsáveis pela casa-museu – a Santa Casa e, em seguida, o Iphan – realizam outros levantamentos, que são contrastados com os anteriores¹⁸. Como ouvido da pessoa entrevistada 4, “de [19]30 até [19]68, [...] esse acervo perde muita coisa, mas é preciso dizer que o próprio Raul Fernandes já fala em um ‘acervo abandonado’, [...] no sentido de não ter morador, né? A gente sabe que casa vazia é [...] oficina do cupim, [...] oficina do mofo, oficina da deteriorização”.

Por outro lado, o espaço físico do Casa da Hera teve um papel privilegiado de receptor de órgãos institucionais na região do Vale do Café, sobretudo por servir como sede do Iphan na região até 1984. Nesse ano, começaram as atividades do Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba – ETMVP (Figura 5). A separação entre as gestões, uma dedicada ao museu, outra com foco regional, seguia uma nova perspectiva, maturada desde a década de 1970:

A instalação da Fundação Nacional próMemória, em 1979, desencadeou um processo de reformulação das políticas públicas ligadas ao patrimônio. Dentre os instrumentos utilizados, a reestruturação do IPHAN promoveu a contratação de novos profissionais e a instalação dos Escritórios Técnicos (ET), sendo o primeiro deles em Paraty, em 1983. Desenvolvida como política interna, visava aproximar o órgão federal de patrimônio da comunidade detentora dos bens patrimoniais, rompendo com o possível distanciamento causado pelas práticas e ações de seus técnicos no decorrer de sua atuação. (MIRANDA, 2012, p. 97-98).

Contudo, fisicamente, o Escritório Técnico começou suas funções dentro da própria Casa da Hera, e, em seguida, ocupou uma construção anexa, ainda no espaço da chácara¹⁹; ademais, nos períodos de 1984 a 1988 e 1995 a 2007, a arquiteta Isabel Rocha assumiu a direção tanto do Escritório Regional, como do próprio Casa da Hera, frisando-se “que a equipe do Museu e do Escritório assumia ambas as funções nos períodos de chefia comum, não havendo entre os funcionários administrativos e de serviços gerais separação alguma” (MIRANDA, 2012, p. 102).

¹⁸ Segundo o plano museológico do Casa da Hera, o inventário mais recente “foi concluído no ano de 2011 e, após isso, uma nova catalogação em 2013/2014. Em 2017/2018 foi feita a atualização das fichas catalográficas de todo o acervo museológico, com fotos e registro de danos” (IBRAM, 2019, p. 22).

¹⁹ A instalação dos Escritórios Técnicos dentro (ou em anexos) de museus ou arquivos públicos que já respondiam ao Iphan ocorreu várias vezes. Miranda (2012, p. 99-100) cita os casos de São Cristóvão, Cabo Frio, Cuiabá e Florianópolis como outros exemplos onde isso também aconteceu.



Figura 5 – Área de atuação do ETMVP. Fonte: Rocha, 2011 apud Miranda, 2012, p. 101

A separação definitiva entre as gestões viria com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2009. Posteriormente, o Escritório Técnico migraria para o Paço Municipal, cujo edifício é o antigo Palacete do Barão de Vassouras, que entrou em obras em 2020²⁰; assim, de modo provisório, as atividades técnicas foram instaladas na sede da Associação de Paroquianos de Vassouras (Asepava), na rua Barão de Massambará.

UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA NO VALE DO CAFÉ

Se, por um lado, o conflito entre os familiares de Eufrásia e seus testamenteiros permeou motivações e cautelas quanto à relevância das informações ligadas ao testamento e à sua execução, a cooperação e o convênio entre instituições públicas e privadas foram ferramentas relevantes para garantir a permanência da documentação na cidade. Isso pois a documentação do testamento pertence ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estando alocada, de início, no cartório do 1º ofício de Vassouras. Em 2001, o material foi transferido para o Centro de Documentação Histórica (CDH) da então Universidade Severino Sombra, uma instituição privada que desempenhou um papel de destaque na guarda e manutenção da história do Vale do Café.

Em um caso atípico para o Centro-sul fluminense, o general Severino Sombra vislumbrou, em Vassouras, a possibilidade de

20 A expectativa de conclusão da reforma, segundo comunicações pessoais, é julho de 2023. Ver: “Casa do Barão de Vassouras (RJ) começa a ser restaurada” (2020).

[...] trocar um passado de títulos nobiliárquicos por um grandioso porvir de diplomas do curso superior. Vassouras seria a “Coimbra brasileira”, um sonho trazido de seu exílio em Lisboa, como separatista de 1932. Era autor de um livro respeitado sobre a história da moeda no Brasil colonial e vinha de uma tentativa abortada de abrir uma faculdade de filosofia em Minas Gerais. Trazia um mandado do Ministério da Educação para dissipar, com uma válvula de escape no interior, a pressão por vagas dos vestibulandos nas escolas de medicina do Rio. (CORRÊA, 2008).

Assim, em 27 de julho 1966, era criada a Sociedade Universitária John F. Kennedy (Sunedy) com “o objetivo de angariar fundos para formar o patrimônio inicial da Fundação Universitária Sul Fluminense”²¹ (FUSF). A FUSF, de que Sombra foi presidente *ad vitam*, foi instituída em 1967, e o curso de Medicina recebeu autorização para funcionar em 1968. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começa a operar em 1971, na cidade de Paraíba do Sul, mudando-se para Vassouras no ano seguinte (MÁXIMO, 2021, p. 42). A Sunedy alterou o nome para Fundação Educacional Severino Sombra em 1975, gerenciando as Faculdades Integradas Severino Sombra, cujos cursos foram reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) em 1976 (MÁXIMO, 2021, p. 42). Em 1997, o conjunto educacional foi convertido em universidade (USS, 2016, p. 10).

Embora a Medicina tenha sido o grande carro-chefe do empreendimento universitário, as ciências humanas dispunham de um espaço de destaque na visão pedagógica da instituição. O curso de História foi criado em 1972, suscitando contatos e trocas com os órgãos públicos do entorno a fim de lidar com a documentação municipal. O intuito se formaliza em 1979 com o início do Projeto Documento-arquivo, que “seria responsável por realizar o levantamento das fontes primárias do Arquivo de Vassouras” (MÁXIMO, 2021, p. 20), num alinhamento com as novas ideias sobre arquivo e patrimônio regional, que, como vimos, motivaram as iniciativas do Iphan.

Em 1985, teve início o projeto-piloto de Preservação da Documentação Cartorária de Vassouras no século XIX. Nele, a Severino Sombra foi contratada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para lidar com a documentação judiciária, chancelando o vínculo entre a universidade e os arquivos cartorários. O Centro de Documentação Histórica é oficializado em 1987 (MÁXIMO, 2021, p. 59), tornando-se o local privilegiado de acondicionamento das documentações com que já lidava²². Como vemos, trata-se de um coroamento de vínculos e interações anteriores. O posicionamento de pesquisa documental se intensifica com a criação do mestrado em História, em 1994, com particular interesse em relação a temáticas de escravidão. Em 2008, o CDH mantinha dois convênios: um com o Tribunal de Justiça do Rio de

21 Descrição disponível na página oficial da Fusve (s. d.).

22 A exclusividade no manejo de documentação foi rompida pela Prefeitura de Vassouras em 1989 (MÁXIMO, 2021, p. 67).

Janeiro²³, e outro com a Mitra Diocesana de Valença²⁴. O curso de mestrado seria descontinuado em 2014, e, com isso, encerrar-se-iam as atividades do CDH.

A trajetória da documentação jurídica ligada a Eufrásia acompanha, portanto, uma dinâmica mais ampla do reconhecimento local sobre a importância dos arquivos, e de como lidar com eles. Segundo a pessoa entrevistada 3, o projeto envolvia

[...] pegar acervos do Vale do Paraíba fluminense, e colocar tudo dentro de um grande arquivo. [...] Nessa época, o cartório do 1º ofício não queria mais ficar com a documentação. [...] Aí o desembargador João Luiz Duboc Pinaud [...] fez um pedido pessoal ao reitor da Universidade Severino Sombra: “[...] vocês poderiam transferir essa documentação pra universidade”. [...] Esses processos judiciais precisavam ser higienizados, identificados, classificados e, se possível, digitalizados.

Ademais, a celebração de convênios é a principal ferramenta para promover uma estabilidade quanto ao destino dos papéis. Através desse modelo, o CDH obteve uma preponderância quanto à custódia e manutenção de documentações; com o fim dos acordos, cessaram também as atividades do Centro. A solução segue sendo utilizada pelo Iphan para o mesmo fim. Hoje, um Acordo de Cooperação Técnica²⁵ (*Diário Oficial* n. 46, 2018) permite, como ouvido em entrevista,

[...] a gestão do acervo documental histórico das atuais comarcas de Vassouras e Paty do Alferes, pois essa documentação é pertencente ao TJ [Tribunal de Justiça]. Como eles não têm, hoje, uma sede na cidade de Vassouras, essa documentação iria para Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário (CCM), e o Município de Vassouras perderia o vínculo com essa memória documental. Sendo assim, as instituições firmaram esse Acordo, onde as partes assumem responsabilidades para salvaguardar os documentos.

Embora os convênios sejam um mecanismo formal central de garantia da custódia de documentos por uma instituição, eles, por si só, não são suficientes para permitir uma boa manutenção do material. Nesse sentido, a atitude de quem está na linha de frente é imprescindível. São constantes os riscos de perda, de descarte incorreto ou de prejuízo por conta de mau acondicionamento, sem contar os desafios ligados à gestão de orçamento e divulgação de informações.

23 O convênio mantinha “sob a guarda da USS o acervo permanente das comarcas de Vassouras e Pati do Alferes”, disponibilizando “toda a documentação jurídica (como processos civis, criminais e comerciais, além de atos administrativos e de cartório) entre 1800 até 1910”, segundo levantamento de Maria Aparecida dos Santos, realizado em janeiro de 2007 (PUC-Rio, s. d.).

24 O convênio mantinha “sob a guarda do CDH o acervo permanente da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, e da irmandade de mesmo nome. O recorte cronológico é de 1820 a 1973 (paróquia) e 1830 a 1991 (irmandade)” segundo levantamento de Maria Aparecida dos Santos, realizado em janeiro de 2007 (PUC-Rio, s. d.).

25 Processo nº 01429.000331/2017-38.

CUIDAR, MANTER E CONTAR: PERCALÇOS DOS ENTREVISTADOS

Em muitos sentidos, o acervo pessoal de Eufrásia ilustra as eventuais dificuldades de profissionais e instituições em apreender plenamente as características patrimoniais (físicas, históricas, culturais, cronológicas) do material com que estão lidando, o que é possível fazer para protegê-lo, e o potencial de pesquisa nele contido. Se, numa dimensão abstrata, parece intuitiva a iniciativa de salvaguardar o patrimônio, os objetos de fato presentes podem ser tão prosaicos quanto cadeiras maltratadas, ou papéis em mau estado e difíceis de interpretar. Nesse aspecto, o envolvimento de quem lida com os itens traz um resultado fundamental para garantir um bom tratamento das peças e, por extensão, do acervo a ser manuseado pelos pesquisadores. A finitude iminente dos bens é aguçada pelos episódios de maus cuidados que alguns entrevistados testemunharam ao longo do tempo:

É [...] proteger, porque senão [...] perde. A gente não sabe como é que vai ser. [...] Nesse [...] trâmite [...] de documentação [...] sair da Câmara, de não sei onde, se perdeu muita coisa, entendeu? E também a questão [...] da custódia [...], como é que está. Isso favoreceu, porque chuva, lugar úmido... [...] Há [...] 20 anos, ou mais, [...] não ligavam pra isso. E jogavam de qualquer jeito. (Pessoa entrevistada 1).

Uma brincadeira que a gente faz [...] é de que nada dura pra sempre. É uma realidade com a qual a gente se depara quando começa a estudar. Você fala: “Mas, como assim? [...] Vai acabar?”. Em algum momento, [...] vai [...] E a gente, hoje, tem essa possibilidade de digitalizar, [...] manter nisso numa nuvem, de fazer com que isso se perpetue de alguma forma. Então acho esse processo extremamente importante, pra perpetuação da memória, diria que por milênios [...] Quando a gente fala de tempo, e esse tempo, eu acho que é cada vez mais escasso quando a gente lida com cultura e com memória. É urgente a gente dar prosseguimento aos projetos. (Pessoa entrevistada 2).

Trabalhar com a documentação, com fonte, [...] eu acho importante esse tipo de coisa, porque esse tipo de [...] habilidade, eu não tive na faculdade. [...] Era um curso muito livresco [...]. (Pessoa entrevistada 3).

Outro elemento eminentemente físico é a necessidade de, mesmo sob amparo de uma mesma instituição, ter de lidar com o deslocamento dos documentos. Esse foi o caso na transição do cartório do 1º ofício para o CDH, ou da sede do Iphan para o espaço provisório:

A gente não tem caminhão [...] pra transporte. [...] Sou eu [...] que ajudo a pegar, com a menina ali, todos nós aqui, os terceirizados que vão, a gente coloca eles pra ajudar a carregar. A gente pede à Prefeitura, mas [...] sabe como é [...]: é difícil. E, quando cede, cede uma van, um caminhão horrível pra carregar documentação. Então a gente tem que estar fazendo o quê? Voltando o caminhão pra não ter problema de estragar esse material que a gente vai pegar. [...] Tem toda a questão das caixas. [...] É assim.

A dificuldade de transporte, principalmente, e de pessoas. [...] No Museu, [...] levou dois meses. Pra carregar de lá pra cima até embaixo. [...] Tinha [só] um terceirizado. Então eu tinha que carregar numa van que tem ali, mesa, computador. Ia carregando aos poucos, entendeu? Ia desmontando [...] aos poucos. Só tinha eu. Não tinha mais ninguém. (Pessoa entrevistada 1).

Em Vassouras [...] tem a rua principal. Eles chamam [...] de Broadway. [...] E nós estamos [lá] fazendo “almoço de negócios” [para definir como lidar com a documentação] [risos]. Eu só olhando, assim [risos]. “Almoço de negócios”. Tá bom. [...] Depois que a gente almoçou, e tal [...]: “Vamos lá conhecer o acervo”. Cara, [...] eu olhei assim... [...] Tudo escuro. Aquela quantidade, pilha de documento. Eram pilhas, pilhas de documentos nas prateleiras, nas estantes, entendeu? [...] Tinha que pegar o documento, tinha que limpar, tinha que tirar [...] aqueles grampos velhos, [...] enferrujados. Tinha que identificar aquilo. O que é que era aquilo? Ah, processo? É, processo de quem? Ah, processo assim, o nome do processo é assim. Quais são as partes? Ah, é Fulano e Beltrano. Você tinha que identificar esses processos, tinha que colocar isso em caixa. Tinha que etiquetar as caixas [...] Cecília: eu era um [...] um crachá sozinho. [...] Não tinha ninguém [além de mim]! [...] Não, minto: tinha um morcego. (Pessoa entrevistada 3).

Além do “teor mão na massa” para, de fato, converter cada peça em um “item de acervo”, potencialmente pesquisável, as entrevistas endossaram, ainda, a relevância do próprio vaivém de pesquisa na construção de uma narrativa de memória e patrimônio. Assim como o trabalho institucional propunha viabilizar pesquisas, estas incitavam novas ideias e iniciativas para cada local. No caso de Eufrásia, a composição de um acervo baseado em fontes concretas poderia, ainda, retrabalhar o aspecto “lendário” da figura:

A memória é [...] algo fundamental pra gente enquanto civilização, [...] Quanto mais o tempo passa, o risco de [...] criar [...] e disseminar fantasias, que eu acho muito perigoso, [...] vai se tornando cada vez maior. E isso cria aí algumas lacunas, pra que você crie... as *fake news*, né? [...] [Por exemplo] De que a Eufrásia não era uma investidora. [Circulava o mito muito machista de que] A Eufrásia, na verdade, se deitava com muitos homens, que eram quem financiava e fez com que ela criasse a fortuna que ela, hoje, tem. [...] Quando você dá muito tempo, você abre espaço pra que esse tipo de memória seja perpetuada, ao invés de ter uma memória de fato, com documento [...]. Trazer a fantasia à tona é bonito, enriquece, as pessoas gostam da fantasia. Mas... a minha linha [...] é sempre um compromisso com a verdade. [...] Enquanto profissional, me sinto muito na obrigação de trazer [...] fatos [...]. Toda vez que se tem uma pergunta, é assim: “A gente pressupõe isso baseado na documentação existente”. Que é muito ínfima, né? [...] A gente não tem quase nada pra fazer valer alegações. O que é muito triste. [...] É como se fosse uma arqueologia, né? O que você faz levantamento hoje, daqui a 10 anos, pode ser que seja completamente diferente [...] Eu acho válido, porque começa a ser uma fonte primária de levantamento, de pesquisa, e acho que, a partir daí, os outros pesquisadores conseguem seguir adiante, pra refutar ou pra confirmar aquelas informações existentes [...] O trabalho de vocês [pesquisadores] [...] é essencial

na contribuição dessa história que vai sendo construída dentro dos museus, né? Dos acervos. (Pessoa entrevistada 2).

A Eufrásia era uma lenda. Né? Quando eu cheguei [...] eu não sabia quem era Eufrásia Teixeira Leite. [...] Fui conhecendo [...], primeiro, a partir das histórias que contavam dela, lá em Vassouras. E, depois, do mítico inventário [...], né? [...] O acervo da Eufrásia era procurado, sim. [...] Mas assim, [...] era procurado mais por conta do folclore que existia em torno da figura [...] “Ah, aquela que foi namorada do Nabuco”, “aquela que foi uma grande financista, que dava festas memoráveis na Casa da Hera”, ela tinha muito esse folclore. (Pessoa entrevistada 3).

Um dos grandes problemas que a gente tinha [...] era saber, efetivamente, [...] qual era a sua demanda, como pesquisadora, e o que de informação aquele acervo tem, pra poder satisfazer a sua demanda [...] Porque, às vezes, dependendo do tipo de informação [trazida por quem pesquisa], [...] a gente tinha que traduzir isso, assim: “[...] Cecília tá querendo ver isso aqui da Eufrásia, mas eu acho que, de repente, tem uns processos ali, com outro nome, além do inventário, que tem aquilo que ela quer. Isso é uma coisa que, muito provavelmente, deve ter ali” [...] Mas [...] nem todo pesquisador tinha essa precisão, no sentido de saber o que [...] quer e poder recuperar essa informação a partir [...] do acervo que existe. [...] E isso [...] tem um efeito direto na pesquisa [...] Porque a quantidade de informação que [se] pode recuperar [...] tá diretamente ligada ao grau de conhecimento que [se] tem da fonte. (Pessoa entrevistada 3).

No mesmo sentido, é interessante poder utilizar os diferentes componentes do acervo numa perspectiva complementar. Tomemos o exemplo dos registros pessoais (cadernos, fotografias e correspondência), que, no Casa da Hera, estão presentes de modo unilateral – a larga maioria das cartas foi escrita por terceiros e destinada a Eufrásia, sem que se detenha de fato uma troca regular de informações. Segundo entrevista,

A gente sabe que a Eufrásia não gostava de manter as cartas que ela escrevia [...] guardadas. [...] Inclusive, existe a crendice [...] de que ela teria solicitado ao advogado, que era primo dela, que queimasse as cartas que ela havia escrito, pra não deixar esse registro. Se é fato, ou se é *fake*, como dizem por aí, não posso afirmar. O fato é que [...] não tem [...] nenhuma carta dela, propriamente dita, no museu. [...] Tem a cópia de 5 cartas que existem na Fundação Nabuco, que ela escreveu pro Joaquim Nabuco. E... que foram escolhidas a dedo, também, pra serem guardadas, [...] pra construção de um discurso. O que eu não acho de todo errado, porque cada instituição tem o direito de construir o próprio discurso. Mas [...] a gente meio que pressupõe o que ela escrevia, baseado no que eles [os interlocutores] enviam como resposta. Mas são todas suposições [...] E da Francisca, que seria a irmã, [...] pra [...] não dizer que não tem nada, tem um caderno de composição de piano [...]. Aí a gente fala: “Tá, ok, a Francisca de fato existiu, porque existe esse caderno”. Mas, tirando isso, [...] não tem nenhum registro [...]. O que eu acho bem curioso. (Pessoa entrevistada 2).

No âmbito da documentação jurídica do testamento, porém, alguns recados escritos à mão por Eufrásia foram anexados enquanto evidência grafológica. O material foi minuciosamente estudado por especialistas contratados para avaliar a veracidade da assinatura existente no testamento original diante de uma alegação de fraude²⁶. Assinaturas de Eufrásia e Francisca são também visíveis na cópia do espólio do pai delas, e na confirmação cartorária de transmissão da herança, em 1872-1873²⁷. Embora os itens não tenham sido arquivados na sua função original de “correspondência”, estão ali presentes e extrapolam a condição de “evidência”.

Em grande medida, a memória retrospectiva do acervo pessoal de Eufrásia traz à tona os desafios institucionais regionais e o preponderante papel de agentes vassourenses na sua organização e manutenção. Os grandes órgãos responsáveis pela sua guarda e pela sistematização das informações foram públicos, ou com finalidade de pesquisa pública. Assim, o primeiro grande desafio na estruturação dessa memória consiste no mapeamento das instituições envolvidas, cada uma com sua peculiaridade.

Como vimos, a ação institucional regional do Iphan, do Casa da Hera e de outros órgãos tem por particularidade uma ênfase na cooperação interinstitucional, elegendo espaços para a centralização de consulta e manutenção de itens. Porém, essa dinâmica está sujeita a alterações, o que repercute no risco de os itens (em particular a documentação em papel) sofrerem maus tratos ao longo do tempo, ou até mesmo serem perdidos. Nesse aspecto, a memória retrospectiva tem sido construída a várias mãos, com uma participação ativa dos técnicos de cada órgão. A visão técnica sobre manutenção e sentido de pesquisa é um fator ativo para a própria existência do acervo, que, sem isso, estaria sujeito a adversidades ainda mais incisivas.

Ademais, a circulação dos itens entre uma instituição e outra aponta para um contexto mais amplo de valorização da história regional. No caso do Vale do Paraíba, o cenário se alterou significativamente da década de 1980 em diante, mas sofreu de precarizações ocorridas ao longo dos primeiros anos do século XXI. Em suas falas, os entrevistados ilustram como procuram compensar essa volatilidade com uma atuação direta para preservar o que julgam ser importante. Ao mesmo tempo em que, por vezes, afirmam realizar um trabalho solitário, entendem que suas ações podem ser o diferencial entre garantir a preservação dos itens, ou permitir que sucumbam aos maus cuidados ou a situações adversas. Essa abordagem não se limita à ação braçal; inclui também a dimensão da interpretação dos itens, já que os mesmos responsáveis estruturam os meios de busca e identificação do material, ou ponderam sobre a pertinência de interpretações do que está disponível.

A própria existência, hoje, da memória retrospectiva do acervo sublinha como os agentes regionais participam de uma construção não linear através de mecanismos

26 Iphan, item 105.664.841.009.

27 Iphan, item 105.664.851.001.

de cooperação e ação direta, entre outros, numa sorte de arcontes²⁸ (DERRIDA, 2001) contemporâneos. Em meio a um contexto entendido como oscilante, ou precário, procuram acomodar suas ações para garantir, primeiro, a simples existência do material, apostando no arquivo como “penhor do futuro” (DERRIDA, 2001, p.31). Em seguida, refletem sobre a dinâmica de pesquisa e de manutenção da memória, incluindo o papel que exercem.

CONCLUSÃO: UM ACERVO PESSOAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA HISTÓRIAS NÃO LINEARES

Entende-se, frequentemente, um acervo pessoal como um grande repositório de informações sobre uma vida, cuja história pode ser contada de diversas maneiras. Para que seja possível estudar um caso específico, antes de tudo, é preciso considerar a materialidade envolvida e o papel do arquivo: um espaço que “pode conter uma ou várias coleções de documentos tutelados de forma pública ou privada, com a função de custodiar, processar, conservar e garantir o acesso a documentos” (MÁXIMO, 2021, p. 11). O acervo, porém, pode desenvolver relações plurais com os próprios arquivos onde está alocado, e o estudo de sua memória retrospectiva é uma forma de analisar, entre outros fatores, essas próprias relações.

O caso do acervo pessoal de Eufrásia ilustra bem os desafios para compor versões de uma história de vida, com a peculiaridade de que a própria biografada não pretendia fazê-lo. Inicialmente, as pesquisas pioneiras aderiram a uma proposta de narrativa linear, cujos desafios frequentemente foram solucionados através da ficção. As fragmentações do acervo pessoal podem, contudo, ser entendidas não como limitações, mas como evidências – em particular das grandes iniciativas de vários agentes institucionais para manter em bom estado o que chegou até nós. É o caso, por exemplo, do uso de iconografia e de peças de roupa, presentes no acervo do Casa da Hera, como ponto de partida para interpretar a personalidade de Eufrásia (BRAGANÇA; FAULHABER, 2023). Assim, a construção da memória retrospectiva do acervo traz reflexões sobre os próprios sentidos das histórias a serem contadas e da relação estabelecida entre biografia, memória regional, arquivo e pesquisa.

Até aqui, as narrativas sobre Eufrásia com abordagem mais linear trataram as lacunas e reconstruções do acervo como algo sobretudo negativo. Constata-se a existência de versões “lendárias” acerca da conduta e do histórico da financista, de difusão muito mais ampla do que os documentos em si. Em um desses mitos,

28 Na visão de Derrida (2001, p. 12-13), os arcontes “foram os [...] primeiros guardiões dos arquivos. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos”.

Eufrásia, que, formalmente, aparece “sem profissão” até mesmo em seu testamento, era apresentada como detentora de uma certidão de óbito onde se lia “milionária”²⁹.

A ação dos técnicos contribui para dois fatores: primeiro, a construção de um lugar de autoridade do arquivo (DERRIDA, 2001), não só pela intervenção institucional, mas para apoiar o uso de documentos na construção de narrativas, no plural; segundo, para ampliar um aspecto arqueológico da busca por informações, num processo reconhecidamente fragmentado. Vale notar que cada agente construiu sua própria relação com o material trabalhado, incorporando seu ponto de vista pessoal nas ações exercidas. São, ao mesmo tempo, representantes institucionais (através do cargo que ocupam) e agentes particulares (pela interpretação e intervenção que desenvolvem).

A memória retrospectiva do acervo recapitula desafios regionais de manejo de orçamento, de precariedade de trabalho e de arranjos temporários. Além disso, porém, parte dessa memória detém um elemento encarnado nesses agentes, que contribuem ativamente para sua perpetuação e (re)definição. Graças ao manejo direto dos materiais e à interação com pesquisadores e outros profissionais, os relatos construídos passaram a abranger novos elementos, inclusive o peso do Vale do Café como espaço de formação da história nacional:

O foco era em contar a história da Eufrásia, mas cheia de lacunas. E a gente via algumas pressuposições, passadas como certezas absolutas [...] Depois a gente instituiu uma frase, que eu acho, assim, fantástica [...]: “Numa época onde se queriam homens pra perpetuar a história dos pais, [...] a família, Eufrásia tentou fazer com que o nome do pai fosse perpetuado, [...] e ela se tornou uma mulher, em pleno século XIX, de grande importância”. [...] Num meio extremamente masculino, foi uma mulher que conseguiu perpetuar o nome do pai. E a gente gosta de trazer isso à tona. [...] É uma forma da gente imprimir, enquanto profissional, essa questão do discurso na instituição. Né? [...] Cada qual escolhe o seu e eu acho que a gente tem a obrigação social de trazer as histórias à tona. [...] A gente tem, até hoje, um país extremamente paternal, com uma visão extremamente machista, e quebrar esse discurso, em todas as esferas, é muito interessante. Porque você mostra uma mulher num local de poder, um ex-escravizado num local de administração, [...] Essa quebra de paradigma, pra mim, é extremamente empolgante. (Pessoa entrevistada 2).

Assim, podemos entender esse acervo como um jogo de espelhos, onde cada elemento pode jogar luz sobre outro, inclusive ressaltando quesitos contraditórios; onde categorias são retrabalhadas; e, ainda, num esforço mútuo de aprimoramento, onde o manejo de informações pode ampliar o conhecimento regional, mas, ainda, o empenho dos agentes locais é central para que a pesquisa se perpetue e se desdobre em formatos plurais.

29 A cópia da certidão de óbito anexada no inventário também indica “sem profissão”. Iphan, item 105.664.823.001.

SOBRE A AUTORA

CECÍLIA ELISABETH BARBOSA SOARES é doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), com pós-doutorado no OSC/Sciences Po Paris.

ceciliaebsoares@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5770-1068>

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALVES, D. de S. Do privado ao público – uma análise do processo de significação cultural da Chácara da Hera. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA SOCIAL, 2. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, de 16 a 18 de março de 2016, UniRio. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdzmy3a2>. Acesso em: 1º de jan. 2023.
- ANTONIO JOSÉ FERNANDES JUNIOR E OUTROS. Ação de apelação (1932). Iphan, item 105.664.842.002.
- ANTONIO JOSÉ FERNANDES JUNIOR E OUTROS. 1º apenso (1932). Iphan, item 105.664.851.001.
- ARCHIVES DE L'ÉTAT DE FRIBOURG – AEF. Acte de baptême de Marie-Françoise-Barbara Stoecklin. CH AEF RP IIa 8a, folio 605.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 9-34. disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63, 1986, p. 69-72. Disponível em <https://tinyurl.com/3ffjwsvp>. Acesso em: 13 out. 2023.
- BRAGANÇA, F. O.; FAULHABER, P. Eufrásia Teixeira Leite entre as finanças e a moda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 84, 2023, p. 143-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/211002/193550>. Acesso em: 16 out. 2023.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017.
- CATHARINO, E. J. *Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930): fragmentos de uma existência*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1992.
- CORRÊA, M. S. Os órfãos de Eufrásia. *Piauí*, edição 19, abril 2008. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-orfaos-de-eufrasia>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- CORREIO Mercantil, 20 de maio de 1858, p. 2.
- CORREIO Mercantil, 8 de agosto de 1858, p. 1.
- COSTA, A. Marques da; SCHWARCZ, L. Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Instituto Brasileiro de Museus, Superintendência do Rio de Janeiro: Extrato

- de Acordo de Cooperação Técnica. Processo nº 01429.000331/2017-38. N. 46, Seção 3, 8 de março de 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/zv9f86m4>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricos*, v. II, n. 21, 1998, p. 151-168.
- EHRENREICH-RISNER, V. Reading geographical names as text: refiguring the “living archive” in postcolonial South Africa. *The American Archivist*, 1, 2020, p. 21-56. doi:<https://doi.org/10.17723/0360-9081-83.1.21>
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE – Cópia do testamento autenticada por cartório (1930). Executores: Antonio José Fernandes Junior e Raul Fernandes. Iphan, item 105.664.841.004.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, 1º volume (1930). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.823.001.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, 2º volume (1934). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.834.001.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, 3º volume (1934). Inventariante: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.834.002.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Inventário, Bens no estrangeiro (1931). Inventariante: Raul Fernandes. Iphan, item 105.664.841.009.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Testamento, 1º volume (1930). Executores: Antonio José Fernandes Junior e Raul Fernandes. Iphan, item 105.664.841.001.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Testamento, 2º volume (1930). Executores: Antonio José Fernandes Junior e Raul Fernandes. Iphan, item 105.664.841.002.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Testamento, 3º volume (1930). Executores: Antonio José Fernandes Junior e Raul Fernandes. Iphan, item 105.664.841.003.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Prestação de contas da execução do testamento (1949). Executor: Antonio José Fernandes Junior. Iphan, item 105.664.844.001.
- EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE. Prestação de contas da execução do testamento (1955). Executor: Raul Fernandes. Iphan, item 105.664.845.003.
- FALCI, M. B.; MELO, H. P. Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero. *Estudos Históricos*, 29, 2002, p. 165-185. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2158/1297>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- FALCI, M. B.; MELO, H. P. Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, p. 1-20. Disponível em: <https://tinyurl.com/3z2sdsfb2>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- FALCI, M. B.; MELO, H. P. *A sinhazinha emancipada: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) – a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.
- GINZBURG, C.; PONI, C. La micro-histoire. *Le débat*, v. 10, n. 17, 1981, p. 133-136. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-1981-10-page-133.htm>. Acesso em: 12 out. 2023.
- HAMILTON, C.; HARRIS, V.; REID, G. Introduction. In: HAMILTON, C. et al. *Refiguring the archive*. Dordrech, Boston, Londres: Kluwer Academic Publishers, 2002, p. 7-18.
- HEINICH, N. Pour en finir avec l’illusion biographique. *L’Homme*, 195-196, 2010, p. 421-430. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lhomme/22560>. Acesso em: 13 out. 2023.
- HENRI JOURDAIN. Acte de notaire - Adjudication au profit de m. Wittouck, 28 janvier 1936, caixa MC/ET/LIX/1404, Archives Nationales. Archives Nationales, item MC/ET/LIX/1404.
- HENRI JOURDAIN. Acte de notaire - Cahier de Charges à la requête de la Santa Casa de Misericórdia de Vassouras et de m. Fernandes. Archives Nationales, item MC/ET/LIX/1404.

- HENRI JOURDAIN. Acte de notaire - Inventaire après le décès de melle. Teixeira Leite. Archives Nationales, caixa MC/ET/LIX/1401.
- HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, 52, Fall 2001, p. 126-135. Disponível em <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- IUMATTI, P. T.; NICODEMO, T. L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 78, 2018, p. 97-120. disponível em <http://scielo.br/j/rbh/a/hwRr-kRQXPDS9JbD9YYX3Cts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Plano museológico do Museu Casa da Hera, 2019-2022*, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc64fs7h>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- JÚLIO CORRÊA E CASTRO. Ação sumária - cartas precatórias (1934). Iphan, item 105.664.841.006.
- LAGE, Claudia. *Mundos de Eufrásia: a história do amor entre a incrível Eufrásia Teixeira Leite e o notável Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- MAIRIE DE PARIS. Sommier foncier – 8e arrondissement. Archives de Paris, caixa D34U3 1241.
- MAIRIE DE PARIS. Adjudication de l'immeuble. Archives de Paris caixa DU 4722.
- MARIZ, A. C.; CORDEIRO, R. I. (2021-2022). O contexto de produção e as fotografias nos arquivos pessoais: um estudo nos artigos de periódicos da Ciência da Informação e Arquivologia. *R. Ci. Inf. e Doc.*, v. 12, n. 2, 2021, p. 194-217. Disponível em: <http://revistas.usp.br/incid/article/view/181428>. Acesso em: 17 maio 2023.
- MÁXIMO, G. G. *As aventuras do Acervo Municipal e Cartorário de Vassouras 1972-2003*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.
- MELO, H. P. A correspondência econômica de uma mulher na década de 1930. *Gênero*, v. 3, n. 2, 2003, p. 105-114.
- MIRANDA, A. C. *História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras-RJ, 1958-2009*. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/2zrtkhrn>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- OLIVEIRA, L. M.; MACÊDO, P. L.; SOBRAL, C. C. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. *Revista do Arquivo*, 4, 2017. Disponível em: http://arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_02.php. Acesso em: 7 abr. 2023.
- PONTE, A. *Casas-museu em Portugal: teoria e prática*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://antonioponte.wordpress.com>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- QUEIROZ, E. *A mulher e a casa*. São Paulo: Baraúna, 2013.
- QUEIROZ, E.; ALVES, D. de Sá.; ROCHA, C. *Museu Casa da Hera*. Brasília: Ibram, 2014. (Coleção Museus do Ibram).
- REIS, T. de S. dos. (2020). *Mineiros, tropeiros e capitalistas: trajetória e formação da família Teixeira Leite em uma economia de transição (São João del Rei e Vassouras, séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/tese-thiago-reis>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- RIBEIRO, M. *#QUEROSEREUFRASIA*. São Paulo: Edição da autora, 2019.
- ROCHA, I. Experiência na gestão de um centro histórico de pequeno porte: Vassouras (RJ). In: SIMPÓSIO FLUMINENSE DE PATRIMÔNIO CULTURAL-CIENTÍFICO: PLANOS, I., *Anais...* Rio de Janeiro: Fiocruz/FCRB/Faperj, 2011.
- ROUSSAIN, J. Pedagogue in the archive: reorienting the archivist as educator. *Archivaria*, n. 90, Fall 2020,

- p. 70-III. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/I3757>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- SOARES, C. From colonial traditions to modern values: Eufrásia Teixeira Leite's shoes and Brazilian footwear, 1808-1930. *The Journal of Dress History*, v. 1, issue 1, Spring 2022, p. 32-78. Disponível em: <https://tinyurl.com/482jx4k7>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- TAMBASCO, J. C. *Eufrásia e Francisca: as irmãs Teixeira Leite e o seu tempo. Uma história romanceada*. Curitiba: Appris, 2022.
- THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo e Administração*, v. 5, n. 1, 2006, p. 5-16.
- UMBELINA TEIXEIRA LEITE DOS SANTOS SILVA E OUTROS. Ação civil (1932). Iphan, item 105.664.843.001.
- USS – Universidade Severino Sombra. *Relatório de avaliação institucional 2015*. Comissão Própria de Avaliação (CPA), 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/tknex2sr>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- VISCONDESSA DE ITAÚNA E OUTROS. Ação de apelação (1932). Iphan, item 105.664.842.001.